



À EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) PRESIDENTE(A) DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA CAIADA/RN

TOMADA DE PREÇOS 07/2021 - Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução das obras/serviços de pavimentação a paralelepípedos pelo método convencional, com drenagem superficial de trecho em via de acesso a comunidade rural Macacos do município de Serra Caiada/RN, conforme contrato de repasse 909258/2020.

A empresa **ALVES E AQUINO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**, inscrito no CNPJ nº 16.882.115/0001-97, por intermédio de seus representantes legais o **Sr. ANGELO WAGNER ALVES**, portador da Carteira de Identidade nº. 001.663.404 e do CPF nº. 024.507.314-07 e a **Sra. LUARA RAYANE ALVES DE AQUINO**, portadora da Carteira de Identidade nº. 002.855.194 e CPF: 075.314.684-33, vem respeitosamente, perante a ilustre presença de vossa excelência, dentro do prazo legal no que tange o edital, **interpor RECURSO ADMINISTRATIVO**.

I – DAS RAZÕES

Com as inclusas razões, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea a e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, da Lei Federal nº 8.666/93, exercendo seu DIREITO DE PETIÇÃO, assegurado no artigo 5º. inciso XXXIV, alínea a, da Constituição Federal, expor e requerer o que segue:

IH. PRELIMINARMENTE

Em primeiro plano, sobre o direito de petição, a RECORRENTE transcreve ensinamento do professor José Afonso da Silva, em sua obra “Direito Constitucional Positivo”, ed. 1.989, página 382:

“É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação”.

Página I de 8

Também o renomado Mestre Marçal Justen filho, “in” Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8º ed., pág. 647 assim assevera:

“A Constituição Federal assegura, de modo genérico, o direito de petição (art. 5º, XXXIV, a), como instrumento de defesa dos direitos pessoais, especialmente contra atos administrativos inválidos. Além disso, a Constituição assegura a publicidade dos atos administrativos (art. 37) e o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inc. LV).

”Assim, requer a RECORRENTE que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente “ad argumentandum”, que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

II - DAS CONTRARAZÕES

Em matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 18/11/2021, essa DOUTA comissão publicou a INABILITAÇÃO da empresa ora recorrente alegando

ALVES E AQUINO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

CNPJ: 16.882.115/0001-97 – IE: 20.299.113-0 – IM: 16971 – CREA-RN 200004737-7

Travessa Novo Horizonte, 412, Centro, Afonso Bezerra, RN, CEP 59510-000

e-mail: alvesequino1@hotmail.com / alvesequino2@gmail.com , Fone: 84-98603-1739 / 98608-3633

QUE; ALVES E AQUINO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ: 16.882.115/0001-97, **(análise setor contábil)** não atendeu ao **item 23.2** do edital, impossibilitando a análise de consistência da movimentação patrimonial nos dois períodos contábeis anteriores exigíveis; não atendendo ao dever estabelecido no **Art.1.188 do Código Civil**; **(análise setor de engenharia)** não atendeu ao item 28.2.1 do edital, por não apresentar atestado para comprovação; não atendeu ao item **28.2.2** do edital, pois CAT'S apresentadas não atendem o exigido para as quantidades do item **1.3.2**; não atendeu ao item **28.2.2.1**, por apresentar contrato de prestação de serviços sem registro e ART de cargo e/ou função de profissional o vincula como empregado e foi apresentado contrato de prestação de serviços, ou seja, um documento invalida o outro, essa é a alegada razão pela qual a ora recorrente foi INABILITADA.

III – DAS JUSTICATIVAS

Em relação a ANÁLISE SETOR CONTABIL referente ao **ITEM 23.2**, destacamos primeiro a exigência que o ATO CONVOCATÓRIO(EDITAL), traz em suas cláusulas, vejamos a seguir:

23.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de Abertura e Encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na Junta Comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

É o que devemos destacar o que o ato convocatorio tornou obrigatório para os licitantes, referente ao citado item, a recorrente cumpriu fielmente o item 23.2, o que determina o **Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico** e o **Art. 1.188. O balanço patrimonial deverá exprimir, com fidelidade e clareza, a situação real da empresa e, atendidas as peculiaridades desta, bem como as disposições das leis especiais, indicará, distintamente, o ativo e o passivo.** Devemos lembrar que a recorrente é EPP-EMPRESA DE PEQUENO PORTE, regida pela **LEI 123** e suas alterações, na qual determinou o legislador genérico que a escrituração contábil devem ser simplificadas, mas vejamos o que diz o CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE no **ITG – 1000 - Modelo Contábil para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte** foi aprovada pela Resolução CFC nº 1.418/12, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, em 5 de dezembro de 2012. É aplicável para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012, visando beneficiar as microempresas e empresas de pequeno porte, permitindo que possam adotar seus requisitos de forma alternativa aos estabelecidos pela NBC TG 1000 (R1).

A ITG 1000 estabelece que as microempresas e empresas de pequeno porte devem elaborar e divulgar obrigatoriamente o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social.

A elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis, incluindo, além das previstas no item 26 da ITG 1000, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, apesar de não ser obrigatória para as entidades alcançadas por esta Interpretação, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade, mais adiante vejamos alguns itens do ITG-1000.

28. As Demonstrações Contábeis devem ser identificadas, no mínimo, com as seguintes informações:

(a) a denominação da entidade;

ALVES E AQUINO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

CNPJ: 16.882.115/0001-97 – IE: 20.299.113-0 – IM: 16971 – CREA-RN 200004737-7

Travessa Novo Horizonte, 412, Centro, Afonso Bezerra, RN, CEP 59510-000

e-mail: alveseaquino1@hotmail.com / alveseaquino2@gmail.com , Fone: 84-98603-1739 / 98608-3633

(b) a data de encerramento do período de divulgação e o período coberto; e

(c) a apresentação dos valores do período encerrado na primeira coluna e na segunda, dos valores do período anterior.

29. No Balanço Patrimonial, a entidade deve classificar os ativos como Ativo Circulante e Não Circulante e os passivos como Passivo Circulante e Não Circulante.

Então senhores peço venias, mas a alegação do SETOR CONTABIL da PMSC, não se sustenta, ademais, o setor contabil fez uma análise genérica, sem observa empresa a empresa, esse comissão se baseou nessa análise para declara INABILITADA a empresa ALVES E AQUINO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.

Quanto a análise do SETOR DE ENGENHARIA, o senhor JOSE AUDES PEREIRA DOS ANJOS, engenheiro civil, CREA-RN 210886523-3, em seu parecer alegar que a recorrente não cumpriu os itens 28.2.2, 28.2.2.1, essa análise também não se sustenta, pois a recorrente apresentou atestado com execução dos serviços licitados, vejamos o que diz TCU - Acórdão: 26/2007 – Plenário Data da sessão: 24/01/2007 - Relator: Ubiratan Aguiar em seu acórdio "Nos itens relacionados à pontuação técnica que prevejam a apresentação de atestados/projetos para comprovação de experiência, a Administração deve conceder pontuação independente de quantidade mínima de atestados/projetos, no sentido de não ser prevista no edital condição irrelevante para medir a capacidade do licitante, nos termos do art. 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/1993." (Acórdão: 26/2007 - Plenário. Data da sessão: 24/01/2007. Relator: Ubiratan Aguiar).

Essa DOUTAR comissão, ao inabilitar todas as empresas, excerto a **PLANO A SERVIÇOS-EIRELI CNPJ: 23.249.596/0001-63, TROUXE RESTRIÇÃO INJUSTIFICADA À COMPETITIVIDADE DO CERTAME**, ferindo assim o uns dos princípios fundamentais no processo licitatório.

IV – DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer a RECORRENTE a essa DOUTA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, que reformule sua decisão que DECLAROU a recorrente **ALVES E AQUINO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP, INABILITADA** do presente certame, que a mesma seja declarada **HABILITADA, que reconheça ao recurso, mas no MÉRITO DALHE PROVIMENTO.**

Requer ainda que, caso não seja considerada a decisão ora guerreada, sejam enviadas as presentes razões, à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito. conforme prevê o parágrafo 4º. do ART. 109 da Lei Federal 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º do ART. 113 da supracitada Lei.

E por fim requer que a recorrente seja informada quanto à decisão tomada sobre este recurso administrativo, para devidas providencias que as joguem cabíveis.

N. termos
P. Deferimento



Afonso Bezerra/RN, 23 de novembro 2021.

ALVES E AQUINO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA
ANGELO WAGNER ALVES
CPF: -24.507.314-07 – SOCIO ADMINISTRADOR